

CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PÚBLICOS COMO ALTERNATIVA À COBRANÇA

Almir Teixeira
Jornalista

Os cursos pagos da Escola de Enfermagem nem sempre conseguem alunos, mas os gratuitos são sempre disputados. A diretora, professora Emiko Egry, considera admissível a cobrança, afirma que as normas da USP obrigam extensão a auto-sustentar-se, mas prefere que o setor público financie a realização dos cursos

A Escola de Enfermagem da USP está realizando três cursos pagos de especialização, totalizando 62 alunos e R\$ 186.000,00 em recolhimento de taxas. Vários professores apresentam críticas com relação à cobrança, e a Escola procura, sempre que possível, casar a oferta de tais cursos com os interesses de órgãos públicos, a fim de “realizar cursos de extensão sem cobrar diretamente dos alunos”, segundo explicou a diretora, professora Emiko

Yoshikawa Egry.

Ela pontua que a prioridade da Escola é o setor público e que na pós-graduação isto acontece desde a seleção dos alunos. Em caso de empate na seleção, concede-se prioridade para alunos que sejam professores em escolas públicas e para profissionais que trabalhem em órgãos públicos assistenciais.

No caso dos cursos de extensão, porém, a diretora explica que a preocupação com o interesse público esbarra no custeio da realização. “Há sempre um custo *per*

capita para a realização de um curso, e a própria legislação da USP obriga os cursos de extensão a se auto-sustentarem”.

A este argumento, opõe-se a professora Lislaine Fracolli, presidente da Comissão de Cultura e Extensão da EE, que vê a extensão na saúde como “a atividade que essencialmente forma o profissional e o coloca em contato com as necessidades de sua área”. Ela lamenta que não se discuta melhor a existência dos cursos pagos: “Sempre fica-se na questão prática, nos

métodos. Nunca vivenciei uma discussão real sobre o pagamento dos cursos”.

Sendo a extensão uma necessidade, as soluções encontradas para o seu custeio são a priorização dos convênios com órgãos públicos e os apoios parciais advindos de empresas privadas. Nem sempre é possível casar os interesses dos alunos aos do Estado. Segundo a diretora da EE, 50% dos cursos são realizados em convênio com órgãos como o Ministério da Saúde ou a Secretaria da Saúde. “Se fosse possível, só realizaríamos cursos nestes moldes”, relata Emiko.

A professora Márcia Aparecida de Oliveira, do Departamento de Enfermagem Materno-Infantil e Psiquiátrica e coordenadora do curso de Saúde Mental, argumenta que outras áreas da saúde poderiam usar melhor dos órgãos públicos e diminuir a necessidade de cursos pagos. “Seria viável para várias áreas da saúde procurar mais verbas com o Ministério e a Secretaria da Saúde ou outros órgãos públicos”, afirma, dando como exemplo a Terapia Ocupacional e a Fonoaudiologia, entre outras áreas relacionadas ao idoso e à criança.

Em alguns casos, os cursos pagos da Enfermagem têm os custos reduzidos, quando há patrocínio de empresas que fornecem os materiais necessários aos alunos. “Nestes casos, nós avaliamos as propostas, e se os interesses da Escola não são feridos no acordo, aceitamos”, explica a diretora. Todos os cursos da unidade são submetidos à avaliação da Comissão

ATIVIDADES PAGAS EM ANDAMENTO NA ENFERMAGEM

XV Curso de Especialização em Enfermagem em Cuidados Intensivos

01/03 a 30/11/2002, 32 vagas. Carga horária total: 480 horas.

Inscrição: R\$ 50,00. Taxa: R\$ 3.000,00 (2 parcelas iniciais de R\$ 600,00 e 4 parcelas de R\$ 450,00, todo dia 10 de cada mês).

XIII Curso de Especialização em Enfermagem em Estomaterapia

01/04 a 02/10/2002, 16 vagas. Total: 480 horas.

Local: Serviço de Cultura e Extensão Universitária.

Inscrição: R\$ 50,00. Taxa: R\$ 2.000,00.

Coordenação: professora Vera Lúcia de Gouveia Santos.

I Curso de Especialização em Enfermagem em Reabilitação

06/05 a 26/11/2002, 24 vagas. Locais de realização das aulas: Escola de Enfermagem e Divisão de Medicina de Reabilitação do HC.

Inscrição: R\$ 50. Taxas: 700 + 2 x 400,00.

Coordenação: professora Ana Cristina Mancussi e Faro.

Fonte: site da EE-USP.

de Cultura e Extensão.

Mas o próprio pagamento é um fator que de alguma forma atrapalha a realização da extensão, como revela um exemplo da Enfermagem. Explica a professora Lislaine que é “bastante fácil” preencher as vagas dos cursos de especialização gratuitos, ao passo que muitas vezes faltam alunos para os cursos pagos.

Neste ano, por exemplo, noticiou-se no site da EE a abertura do “Curso de Especialização em Enfermagem em Reabilitação”, pago, oferecendo-se 24 vagas. Como não surgiram

alunos suficientes, a planilha de custos teve de ser refeita para que fosse possível sua realização, e o curso começou com atraso.

A diretora da EE, contudo, enxerga a questão do pagamento por outro viés, partindo da premissa de que o público dos cursos é constituído por profissionais bem remunerados. “Até na pós-graduação já vem acontecendo uma coisa parecida, pois formam-se alunos que vêm de escolas privadas e depois vão criar cursos caríssimos”. E questiona: “Isto não é transferir dinheiro do público para o privado?”

*Segundo
diretora da
Enfermagem, convênios
com o Ministério e a
Secretaria da Saúde bancam
50% dos cursos*